

Portaria n.º 768/91
de 6 de Agosto

Atento o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 202/91, de 5 de Junho, procede-se com o presente diploma à identificação das doenças objecto de comunicação obrigatória à Comissão das Comunidades Europeias e aos respectivos Estados membros, bem como à estruturação que tal comunicação reveste, e ainda à divisão do território por zonas de intervenção sanitária.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, o seguinte:

1.º As doenças de comunicação obrigatória à Comissão das Comunidades Europeias e aos respectivos Estados membros são as seguintes:

- a) Febre aftosa;
- b) Peste bovina;
- c) Peripneumonia contagiosa dos bovinos;
- d) Febre catarral ovina (língua azul);
- e) Doença vesiculosa do porco;
- f) Peste suína clássica;
- g) Peste suína africana;
- h) Paralisia contagiosa do porco (doença de Teschem);
- i) Peste aviária;
- j) Doença de Newcastle;
- l) Peste equina;
- m) Estomatite vesiculosa;
- n) Peste de pequenos ruminantes;
- o) Febre do Vale do Rift;
- p) Dermatose nodular contagiosa;
- q) Varíola dos ovinos e dos caprinos;
- r) Necrose hematopoiética infecciosa;
- s) Encefalopatia espongiiforme bovina.

2.º A estrutura da comunicação é a seguinte, consoante se trate de focos primários, secundários e ainda de supressão de restrições impostas pelo aparecimento de qualquer doença:

1) Informações transmitidas por codificação, aquando da ocorrência de focos primários das doenças referidas no número anterior:

- a) Data da expedição;
- b) Hora da expedição;
- c) Nome do Estado membro;
- d) Designação da doença e tipo de vírus;
- e) Data da confirmação;
- f) Localização geográfica da exploração;
- g) Número de animais suspeitos nos locais: bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves, equídeos, peixes e espécies selvagens;
- h) Número de animais abatidos: bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves, equídeos, peixes e espécies selvagens;
- i) Número de cadáveres destruídos: bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves, equídeos, peixes e espécies selvagens;

2) Informações transmitidas, por codificação, aquando do aparecimento dos focos secundários das doenças:

- a) Data de expedição;
- b) Hora da expedição;
- c) Nome do Estado membro;
- d) Para cada doença notificada: identificação da doença e número de focos;

3) Informações transmitidas, por codificação, aquando da supressão das restrições accionadas por um Estado membro, após a extinção do último foco das doenças:

- a) Data da expedição;
- b) Hora da expedição;
- c) Nome do Estado membro;
- d) Designação da doença;
- e) Data da supressão das restrições.

3.º A área territorial de cada zona de intervenção sanitária é a constante dos anexos I e II do presente diploma e que dele fazem parte integrante.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 26 de Junho de 1991.

Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, Álvaro dos Santos Amaro, Secretário de Estado da Agricultura.

ANEXO I

(ver documento original)

ANEXO I (Continuação)

(ver documento original)

ANEXO II

Lista a que se refere o n.º 3.º

(ver documento original)